

# Subnutrição intelectual, anemia cívica

Uma das anedotas do folclore político brasileiro contava que, nas áreas de fronteira do Brasil com o Uruguai, não definidas pelos chamados acidentes naturais, o único método seguro para saber se havíamos deixado solo gaúcho era estar atento ao aparecimento de prédios escolares. Triste anedota que, ao menos, fazia justiça a um experimento empreendido pela pequena e notável República Oriental do Uruguai no final do século 19: a reforma educacional. Implantada por José Pedro Varela, intelectual e estadista uruguaio, a reforma de 1877 baseou-se nas teses de seu principal livro – *La educación del pueblo* (1874) – e tinha como objetivo constituir uma identidade nacional através da educação.

Para efeito de comparação histórica, o Brasil, a essa altura, ainda debatia sobre os perigos de uma abolição do trabalho escravo, se feita de modo abrupto e impensado. A moderadíssima Lei do Ventre Livre havia sido promulgada apenas três anos antes (em 1871) e levaríamos ainda muitos anos para banir a escravidão (em 1888).

Com Varela, o Uruguai pôde experimentar a aplicação dos princípios da escola laica, pública e voltada, mais do que para a proficiência educacional, para a formação de cidadãos. Em suma, a reforma introduzida estabeleceu as bases de uma formação cívica, até hoje visível nos hábitos políticos e culturais daquele país.

O pessimismo da anedota pode ser refutado por um indicador aparentemente invencível: hoje, no Brasil, 97% dos jovens de 7 a 14 anos estão na escola. Uma filigrana estatística afasta-nos, pois, da universalidade de cobertura do ensino público fundamental. Há, portanto, escolas do lado de cá. No entanto, estamos diante de um fenômeno grave: a ampla cobertura educacional convive com o fato de a escola ter baixa importância na vida desses jovens. Em outros termos, seu tempo de permanência nas escolas é pífio: em média 4,3 horas por dia. Se aumentássemos a média para seis horas – padrão chileno e norte-americano – o déficit de escolas seria gritante. Se adotássemos as oito horas da Coréia do Sul, a rede teria que duplicar.

Em suma, a política de universalização do ensino fundamental, no Brasil, foi viabilizada graças à escolha por um padrão mínimo de permanência nas escolas, bem abaixo do adotado nos países que associaram a ênfase na educação à melhoria de outros indicadores sociais fundamentais. O grave é que tal escolha não se deveu à ausência de alternativas: o Rio de Janeiro experimentou, de 1982 a 1985, a implantação de um modelo de educação em tempo integral, em que a escola era definida como foco de intervenção de políticas sociais. Modelo, por certo, a aperfeiçoar, mas não a abandonar.

Com efeito, é possível infelizmente reproduzir um padrão de baixa escolaridade, associado à universalização do ensino. Basta manter as crianças por poucas horas nas escolas, desvalorizar material e simbolicamente a profissão dos educadores e comemorar índices enganadores. Na sombra continuam a proliferar a subnutrição intelectual e o analfabetismo científico, ingredientes indispensáveis para a anemia cívica.

*Renato Lessa*

Diretor Presidente do Instituto Ciência Hoje